

TRAVAS NO IMPOSTO

Governo vai propor medidas para garantir que alíquota não ultrapasse 26,5%

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL
@geraldadoxa / @victoriaabel

O secretário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que a proposta de trava para a alíquota-padrão do novo sistema de impostos não ultrapassar 26,5%, proposta pela Câmara dos Deputados, não tem garantias de que vá funcionar. Por isso, disse ele ao GLOBO, o governo vai sugerir ao Senado ajustes na proposta aprovada na semana passada.

A ideia do governo é já definir no texto em discussão que mecanismos seriam utilizados para garantir que ela não passe de 26,5%. Na lista estão mexer em itens que estão na cesta básica (isenta de impostos), retirar alguns setores de exceções ou regimes especiais, ou diminuir linearmente as isenções dadas.

Na proposta aprovada pela Câmara, que chegou ao Senado, a regra funcionaria como uma espécie de gatilho: toda vez que a taxa de referência ameaçar ultrapassar o índice de 26,5%, medidas para reduzir a carga tributária seriam acionadas. Tais medidas, porém, seriam propostas apenas entre 2031 e 2032, em projeto de lei enviado pelo Executivo, propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

— Não há garantia de que a trava vai funcionar porque ela dependeria da aprovação do Congresso. Em vez de colocar a obrigação para o Executivo de enviar um projeto, poderíamos já definir agora quais as mudanças que seriam feitas caso houvesse um aumento da alíquota de referência. Você pode rever os regimes específicos de tributação, como o de combustíveis, serviços financeiros, imóveis, bares e restaurantes — afirmou.

A regulamentação da Reforma Tributária trata das regras de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do



CRISTIANO BARROZ/219-2024

Jogos de azar.

Pelas contas do secretário, a carga tributária sobre as bets deve exceder 40%, com IVA, Imposto Seletivo e o tributo da regulamentação das apostas

tivo. As armas ficaram de fora da cobrança adicional.

— Pessoalmente, sou a favor da inclusão das armas no Imposto Seletivo, mas o Congresso já se posicionou duas vezes contra, na votação da PEC e agora de novo na votação do projeto na Câmara.

PLANOS DE SAÚDE PARAPETS

O secretário também estima que os jogos de azar, caso sejam mantidos no Imposto Seletivo, tenham uma alíquota total superior a 40%. Eles serão tributados com a alíquota-padrão de 26,5%, mais o Imposto Seletivo de 1% e a alíquota de 12% estabelecida na lei de regulamentação das apostas, sobre a margem de serviço das empresas.

Entre os pontos principais acrescentados pela Câmara na regulamentação estão a inclusão de todos os medicamentos em alíquotas reduzidas, com desconto de 60% ou zerada; o *cashback* de 100% em contas de energia elétrica, água e esgoto para a população de baixa renda; e a inclusão de carnes, sal, queijos e farinhas na cesta básica, de alíquota zero.

Outra mudança foi a redução na cobrança de IVA para os planos de saúde dedicados a animais de estimação, com redução de 30% da alíquota-padrão.

— Pelo menos, ficou o mesmo tratamento de planos de saúde de humanos, que vão pagar uma alíquota reduzida em 60%. No caso de pets, o veterinário está com redutor de 30% da alíquota (para profissionais liberais). O plano dos pets ficaria mais caro do que o veterinário. Não chega a ser uma grande distorção — afirmou Appy.

Os planos de saúde, seja para humanos ou pets, serão tributados apenas sobre a diferença entre o que estes recebem dos clientes e o montante pago a hospitais e profissionais de saúde.

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que juntos formaram o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O tributo vai substituir cinco impostos que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS.

NOVO CÁLCULO DA ALÍQUOTA

Para Appy, a mudança agora daria mais segurança.

— Com isso, você teria uma segurança de que a trava vai funcionar. Essa possibilidade será levada para a discussão com o senador Eduardo Braga, relator do projeto no Senado, e com os senadores em geral — disse, acrescentando — Você poderia rever o que está na cesta básica, teria a possibilidade de rediscutir o que está lá. O que não pode ser revisto é o redutor para zero. Mas foi positivo por o tema em discussão.

Isso significa que a lei permite que possam ser retirados itens da cesta básica, mas ela continuará isenta. Não é possível taxar esse

grupo de produtos.

O secretário disse que apresentará novos cálculos sobre impacto na alíquota-padrão do IVA das mudanças feitas na Câmara no projeto original do governo, antes da votação no Senado.

— O problema é que, cada vez que um setor consegue uma alíquota reduzida para ele, está jogando a conta para outros que não têm alíquota reduzida.

O governo já havia estimado que a inclusão das carnes na cesta básica faria a alíquota básica subir para 27,03%. Agora a secretaria faz os cálculos para ver o impacto das outras mudanças feitas na Câmara.

Appy afirmou também que o ideal é que a regulamentação da Reforma Tributária seja aprovada até fim do ano. Isso porque as empresas e instituições financeiras, junto com o governo, Banco Central e Comitê Gestor, precisam elaborar e colocar de pé o



“O problema é que, cada vez que um setor consegue uma alíquota reduzida para ele, está jogando a conta para outros que não têm alíquota reduzida”

“Pessoalmente, sou a favor da inclusão das armas no Imposto Seletivo, mas o Congresso já se posicionou duas vezes contra, na votação da PEC e agora de novo na votação do projeto na Câmara”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15